

Reforma Tributária 3 S

Toda transição econômica pode ser por choque ou gradual. Imposta por mercados ou gestada gradualmente e de forma democrática.

O que impõe mudanças via mercado ou pelas agências de Estado e políticas de governo é a busca por adaptar-se e atingir a eficiência econômica. A inovação tecnológica que reduz custos, riscos e inseguranças e aumenta lucros termina por alterar a economia no mundo inteiro. Assim tem sido a história econômica do mundo desde o início da humanidade.

Contudo, hoje estamos frente a algo novo em nossa história. Da mesma forma que nos séculos XVII, XIX e XX a economia precisou adaptar-se e reconhecer os direitos sociais dos trabalhadores e os direitos humanos de todas as pessoas, hoje temos em nossa frente a realidade das mudanças climáticas. Nos séculos anteriores muitos viram os direitos à jornada de 8h de trabalho por dia, o salário-mínimo e as férias remuneradas como estorvos à “eficiência” – aqui entre aspas. Hoje, em pleno século XXI aqueles que defendem subsídios injustificáveis e indústrias poluentes no futuro também serão lembrados da mesma forma nos livros de história.

O que diferencia aquela época dos tempos de hoje? Nos séculos XVII, XIX e XX os operários se organizaram, pessoas escravizadas exigiram seus direitos nas cortes no Brasil, e demonstrações políticas de milhões de pessoas não podiam mais ser ignoradas. O argumento primeiro era pela dignidade, e o segundo era a força.

E hoje? Como se dá a equação de forças e argumentos para a economia do século XXI nessa transição ambiental? Não existem milhões de pessoas nas ruas, nem revoluções. Existem as secas, as enchentes, as ondas de calor, e as multidões de migrantes que fogem de lugares cada vez mais inabitáveis.

Algumas das maiores mudanças da história foram iniciadas por pequenas alterações climáticas. As cruzadas foram precedidas de anos de seca e fome no Oriente Médio, que enfraqueceram o mundo islâmico. As invasões mongóis por toda Ásia e a Europa foram consequência de anos de invernos muito rigorosos, em que não havia pasto para os cavalos comerem.

O que as nossas gerações irão testemunhar nas próximas décadas se a história seguir esse mesmo padrão serão mudanças globais em escala inimaginável nas próximas décadas. A política e a economia irão mudar com o mundo, e isso não será uma escolha. A escolha dessa casa é de outra natureza: se os senhores e senhoras serão protagonistas destas mudanças, ou apenas expectadores tardios delas. Cabe aos senhores e senhoras a decisão entre mudanças impostas por crises e uma realidade dolorosa, ou mudanças via uma transição gestada, humana, pensada e costurada a muitas mãos.

A economia já faz sentir as mudanças climáticas. Apenas em MG, Ba, RS, SP e RJ, desde 2014 a União já repassou a municípios, segundo dados levantados pelo IDS e que serão

publicados em breve, um total de 2.892.959.752 bilhões de reais destinados a desastres climáticos. Precisamos olhar esse problema de frente, que se repete ano a ano. Este orçamento aumenta ano a ano. Não há qualquer possibilidade de negar aos cofres públicos os recursos necessários para atender vítimas de deslizamentos, enchentes, ou retirantes da seca. É imoral e inaceitável continuarmos a dar os recursos que deveriam ser gastos na prevenção desses desastres para indústrias poluentes que agravam ainda mais esse cenário, na forma de subsídios, subvenções e isenções tributárias. Esses recursos não podem seguir faltando a quem mais os necessita, e mantendo artificialmente setores da economia obsoletos, que agravam as mudanças climáticas, afetando o próprio princípio de isonomia que a todos os setores da economia têm direito.

Será preciso adaptar toda nossa economia, dos transportes à indústria, da produção de energia à produção de alimentos, tornando resilientes às mudanças as cadeias econômicas, e prevenindo quebras de safra, escassez de alimentos e inflação, que tão duramente atingem os mais vulneráveis. Isso não acontecerá apenas ao sabor dos mercados e da livre iniciativa apenas, mas não ocorrerá sem dialogar com a sociedade e a iniciativa privada, também.

Essa janela será lembrada como aquela que o Brasil soube aproveitar e tornou-se referência no mundo, ou será lembrada de forma envergonhada como mais uma oportunidade perdida. Poderemos auxiliar um mundo em duríssima transformação, fornecendo alimentos cultivados em novas cadeias econômicas e tecnológicas que preservam água e carbono nos solos, e que não são vulneráveis à falta dos fertilizantes que podem se inviabilizar em função das guerras ou sanções econômicas. Poderemos incluir socialmente e economicamente a população pelo apoio aos municípios em fundos de desenvolvimento regionais que dediquem recursos a pequenos negócios, agricultores familiares e comunidades tradicionais, para que sigam distribuindo e produzindo riqueza e desenvolvimento.

Nós desejamos um Brasil de paz, socialmente justo e sustentável, pois sem sustentabilidade não poderá haver nem equilíbrio social e inclusão, nem paz. A Reforma Tributária é o primeiro grande passo para uma transformação econômica que não seja imposta por crises e sofrimento, mas seja gestada humanamente por um argumento de razão, de respeito à ciência e cuidado com as pessoas. Essa é a escolha que irá marcar e orgulhar seus nomes, sua carreira, sua história e a do nosso país pelas próximas décadas.